

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

O Seguro DPVAT indeniza as vítimas de acidentes com veículos automotores de via terrestre, ocorridos dentro do País, sejam pedestres, passageiros ou motoristas. As indenizações são pagas pelo Causador DPVAT, sem a necessidade de intermediário, independentemente da apuração de culpa ou da identificação do veículo causador do dano.

### Gestão das Operações do Seguro DPVAT

A Seguradora Líder-DPVAT, responsável pela administração das operações dos Consórcios do Seguro DPVAT, dos quais participaram 76 Seguradoras no ano de 2015, tem como compromisso assegurar à população, em todo o território nacional, o acesso aos benefícios do Seguro DPVAT, administrando com transparência os recursos que lhe são confiados, além de apoiar ações que contribuam para a redução dos acidentes de trânsito.

Na gestão do Seguro DPVAT, a cargo da Seguradora Líder-DPVAT, são empregados os mais elevados padrões de governança corporativa, que incluem a atuação de Conselho de Administração assessorado por Comitês técnicos especializados, de Comitê de Auditoria, de Conselho Fiscal, de Auditoria Interna e de Auditoria Externa exercida por firma internacional de primeira linha. A fiscalização das operações é realizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Com o fim de balizar a sua gestão estratégica, a Seguradora Líder-DPVAT estabeleceu as seguintes diretrizes:

- garantia do atendimento adequado às vítimas e beneficiários por extensa rede distribuída em todo o território nacional;
- garantia do pagamento das indenizações, de todas as reclamações cobertas, dentro do prazo legal (máximo de 30 dias após o recebimento da documentação necessária);
- constituição das provisões técnicas em nível atuarial suficiente para garantir o pagamento de indenizações devidas;
- manutenção da administração centralizada, facilitando o seu acompanhamento, controle e fiscalização; e
- combate às fraudes nos processos de sinistros administrativos e nas ações judiciais.

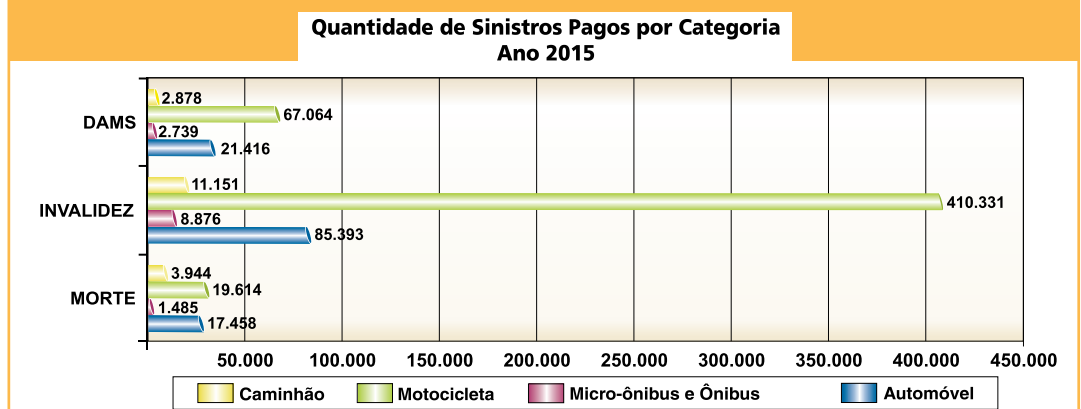
### Desempenho Operacional dos Consórcios do Seguro DPVAT

**Indenizações Pagas** – No ano de 2015, o Seguro DPVAT pagou R\$ 3,38 bilhões em despesas com indenizações por morte, invalidez permanente e reembolsos de despesas médicas e hospitalares (DAMS), em favor de mais de 652 mil vítimas de acidentes de trânsito ou a seus beneficiários.

Somadas todas as categorias de veículos cobertas pelo Seguro DPVAT (carros, motos, ônibus, micro-ônibus, vans e caminhões), foram pagas 42.501 indenizações por morte, 515.751 indenizações por invalidez permanente e 94.097 indenizações por reembolsos de despesas médicas e hospitalares, alcançando um total de 652.349 indenizações pagas no ano de 2015.

Do total de pessoas que sofreram algum tipo de dano em acidentes de trânsito, 71% estão na faixa etária de 18 a 44 anos, ou seja, na que concentra a maior parcela da população economicamente ativa do País.

Continua a chamar a atenção a quantidade de indenizações por invalidez permanente, acima da média das demais garantias – morte e DAMS – com uma concentração expressiva na categoria de motocicletas, conforme demonstrado no quadro abaixo:



Os acidentes com carros de passeio também tiveram peso nas indenizações do Seguro DPVAT. Ao todo, foram pagas 124.267 indenizações (R\$ 632,8 milhões), das quais 85.393 (R\$ 370,8 milhões) a título de invalidez permanente, 21.416 (R\$ 16,1 milhões) de reembolso de despesas médicas e hospitalares (DAMS) e 17.458 (R\$ 245,8 milhões) de morte.

**Motocicletas** – As motocicletas, embora representem apenas 27% do total da frota de veículos do País, ocasionaram indenizações correspondentes a 68% do valor total pago e 76% da quantidade de vítimas indenizadas.

Foram 19.614 indenizações por morte em acidentes envolvendo motocicletas, o que representou 46% dos pagamentos por óbito no ano de 2015. Em valores, essas indenizações chegaram a R\$ 262,7 milhões.

A destacar, ainda mais, a quantidade de indenizações por invalidez permanente decorrente de acidentes envolvendo motocicletas, que totalizaram 410.331 vítimas indenizadas e que representou 80% da quantidade de indenizações pagas por esta cobertura.

**Provisões Técnicas** – No ano de 2015, as Provisões Técnicas do Seguro DPVAT atingiram o montante acumulado de R\$ 5,4 bilhões.

A legislação determina a constituição de Provisões Técnicas, destinadas a garantir o pagamento das indenizações devidas aos beneficiários do seguro. No ano de 2015, as Provisões de Sinistros a Liquidar (PSL) e de IBNR (sigla formada pelas iniciais da expressão Sinistros Ocorridos e não Avisados, em inglês) foram elevadas em R\$ 993 milhões.

A PSL destina-se a pagamentos dos eventos já avisados e não pagos. Já a provisão de IBNR serve para garantir o pagamento dos eventos que ocorreram e ainda não foram comunicados, mas que, segundo estimativa baseada em cálculos atuariais, serão avisados em até três anos.

É importante mencionar que os Consórcios do Seguro DPVAT têm registrado uma evolução positiva no montante de Provisões Técnicas, as quais são integralmente cobertas por aplicações em fundos de investimentos lastreados por títulos públicos. As decisões de investimento relativas aos recursos administrados pelos Consórcios seguem parâmetros técnicos recomendados por consultoria especializada, cujo resultado é permanentemente acompanhado por comitê específico que se reporta ao Conselho de Administração.

**Repasses à União** – No ano de 2015, os repasses a órgãos do Governo Federal representaram R\$ 3,9 bilhões para o SUS e R\$ 432,8 milhões para o DENATRAN. O valor do Seguro DPVAT pago anualmente pelos proprietários de veículos é fixado pelo Governo Federal. Por determinação legal, metade dos recursos arrecadados pelo Seguro DPVAT, relativos à parcela dos prêmios tarifários, é repassada ao Governo Federal com a seguinte destinação obrigatória: 45% para o Sistema Único de Saúde – SUS (Leis nºs 8.212/91 e 9.503/97), do Ministério da Saúde, e 5% para o CUSTEIO à assistência médica-hospitalar das vítimas de acidentes de trânsito nos hospitais públicos e conveniados, e 5% para o DENATRAN (Lei nº 9.503/97), vinculado ao Ministério das Cidades, para realização de campanhas de prevenção de acidentes no trânsito.

**Arrecadação e Destinação dos Recursos** – No ano de 2015 foram pagos cerca de 61,1 milhões de bilhetes do Seguro DPVAT, um crescimento de 1,3% em relação ao ano de 2014, totalizando uma arrecadação bruta de R\$ 8,6 bilhões, que representa um crescimento de 2,2% em relação ao ano de 2014.

Para o ano de 2015, os valores dos prêmios permaneceram os mesmos praticados em 2013 e 2014. Resumidamente, e de acordo com a legislação, os recursos do Seguro DPVAT tiveram as seguintes destinações (em milhões de Reais):

Ano 2015		
Prêmios Arrecadados e sua Distribuição	R\$ milhões	%
<b>Arrecadação Bruta</b>	<b>R\$ 8.654,1</b>	<b>100,0%</b>
<b>Repasses à União obrigatórios por lei:</b>	<b>R\$ (4.327,6)</b>	<b>-50,0%</b>
Sistema Único de Saúde - SUS	R\$ (3.894,8)	-45,0%
Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	R\$ (432,8)	-5,0%
<b>Total dos prêmios arrecadados para a operação do Seguro DPVAT</b>	<b>R\$ 4.326,5</b>	<b>50,0%</b>
Despesas com pagamentos de indenizações às vítimas de acidentes	R\$ (3.381,4)	-39,1%
Constituição de provisões técnicas para pagamento de indenizações	R\$ (608,4)	-7,0%
Despesas de corretagem (Resolução CNSP nº 305/2013)	R\$ (61,1)	-0,7%
Despesas administrativas e outras receitas / Despesas operacionais	R\$ (249,7)	-2,9%
Despesas com PIS e COFINS	R\$ (97,3)	-1,1%
<b>Resultado Operacional</b>	<b>R\$ (71,4)</b>	<b>-0,8%</b>
Resgate de provisões técnicas para pagamento de indenizações	R\$ 244,0	2,8%
Imposto de Renda e Contribuição Social	R\$ (71,1)	-0,8%
<b>Resultado das Consorciadas líquido de impostos e contribuições</b>	<b>R\$ 101,5</b>	<b>1,2%</b>

**Combate à Fraude** – No ano de 2015, houve incremento nas ações de combate à fraude contra o Seguro DPVAT, com comprovação de 7.124 tentativas de fraude que, se pagas, gerariam perdas máximas na ordem de R\$ 82,9 milhões. Neste mesmo período, foram oferecidas 4.314 novas representações criminais, das quais parcela significativa deve resultar na instauração de inquéritos policiais, denúncias do Ministério Público e sentenças condenatórias.

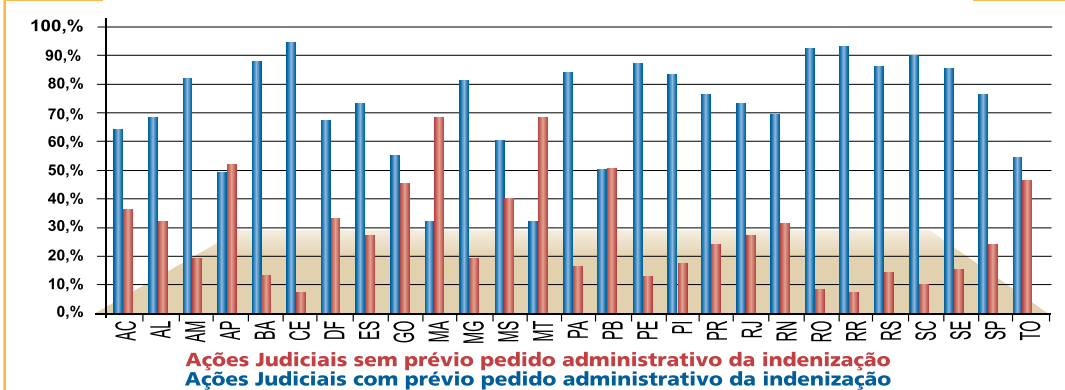
Ao longo do ano de 2015, a Seguradora Líder-DPVAT implantou uma série de procedimentos, a fim de coibir as fraudes cometidas contra o Seguro DPVAT, em prejuízo de todo o sistema.

Foi instituído um Comitê de Combate à Fraude, integrado por dois Diretores, Gestores e Técnicos especializados, que se reúnem frequentemente para discutirem aspectos relevantes da operação, sendo o mesmo ligado também ao Comitê de Auditoria. Essas providências denotam a prioridade que tem sido dada à matéria no âmbito da Administração da Seguradora. O novo Canal de Denúncia no site do Seguro DPVAT ([www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br)) ficou mais acessível e objetivo. Agora, todo cidadão que vir algum indício de irregularidade na hora de solicitar o Seguro DPVAT poderá denunciar a prática criminosa diretamente à Seguradora Líder-DPVAT, sem a necessidade de se identificar, bastando indicar os elementos que evidenciem a fraude.

A Seguradora Líder-DPVAT também criou um serviço telefônico exclusivo para a denúncia de fraude, disponível através do número 0800 022 1205, em que não há a necessidade de identificação do denunciante.

**Judicialização do Seguro DPVAT** – Ao final do ano de 2015 havia, em andamento, cerca de 420 mil ações judiciais, sendo 294 mil ações judiciais relativas à invalidez permanente. Ressalte-se que cerca de 24% dessas ações foram ajuizadas sem que sequer tenha sido feito o pedido administrativo da indenização à Seguradora Líder-DPVAT ou a outra Seguradora Consorciada. Isso ocorreu não obstante o pagamento pela via administrativa ser efetuado em até 30 dias, enquanto que o pagamento por meio de uma ação judicial leva, em média, 2 anos, dependendo da Unidade Federativa onde foi ajuizada. O quadro abaixo demonstra a quantidade de ações judiciais em curso nas Unidades da Federação. A discrepância entre o tamanho da frota e a quantidade de reclamações constitui evidente distorção, a merecer atenção das autoridades judiciárias e outras, além de gerar ações de auditoria da Seguradora Líder-DPVAT.

### Percentual de Ações Judiciais em Andamento por Unidade da Federação - 2015



A Seguradora Líder-DPVAT tem implantado, em caráter permanente, uma Política de Conciliação composta por acordos em ações judiciais, conciliações prévias e participações em inúmeros mutirões de conciliação por todo o País, que proporcionaram o encerramento de 92.202 processos no ano de 2015 e o pagamento de R\$ 342,3 milhões em indenizações. A relevância e importância da Política de Conciliação implantada pela Seguradora Líder-DPVAT foi reconhecida na 10ª Edição do Prêmio Inovare em 2013, quando foi agraciada com a Menção Honrosa. Este prêmio é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça, com a finalidade de reconhecer as práticas inovadoras que visam melhorar e modernizar o Sistema do Judiciário do País. No ano de 2015, foi encerrado um total de 214.124 ações judiciais.

### Campanhas de Esclarecimento e Ampliação dos Pontos de Atendimento

Com a finalidade de tornar o Seguro DPVAT cada vez mais conhecido da população brasileira e informar sobre seus benefícios e a facilidade de acesso a este importante instrumento de proteção social, a Seguradora Líder-DPVAT vem realizando, de forma consistente e contínua, Campanhas Institucionais sobre o Seguro DPVAT, por meio de veiculação de publicidade em âmbito nacional e também por meio de ações regionais.

Durante o ano de 2015, as Campanhas realizadas tiveram como principais objetivos: (a) reforçar a importância do pagamento do Seguro DPVAT (conforme determinado pelo Decreto nº 7.833, de 29 de outubro de 2012) e informar sobre a possibilidade de parcelamento do pagamento para motos, ônibus, vans e veículos semelhantes; (b) alertar o beneficiário do Seguro DPVAT sobre não haver a necessidade de se usar o atravessador, reforçando o conceito de que é fácil, gratuito e que o beneficiário não precisa de auxílio para dar entrada no aviso de sinistro; e (c) foi iniciada campanha específica para incentivar a população a denunciar fraudes contra o Seguro DPVAT, nas UF's com maior incidência dessas irregularidades.

Com relação aos pontos de atendimento, em 2015 foram incluídas as agências franqueadas dos Correios, localizadas principalmente nas UF's de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná e Rio Grande do Sul, representando um acréscimo de 994 pontos de recepção do Seguro DPVAT ou 74% do total das franqueadas no Brasil.

**Parcelamento** – No ano de 2015, a quantidade de bilhetes pagos através do parcelamento aumentou 10,5% frente aos parcelados no mesmo período de 2014, totalizando 548.122, sendo mais de 94,7% relativos às motos.

### Aperfeiçoamento do site institucional ([www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br))

No ano de 2015, foram continuadas as ações de melhorias no site institucional da Seguradora Líder-DPVAT, de acordo com a proposta de modernização e atualização constantes, face às demandas típicas deste canal.

Planejado para facilitar o acesso às informações e estreitar o relacionamento com a sociedade, o processo de melhoria constante do site institucional da Companhia está sendo desenvolvido dentro da proposta de união dos dois sites da Companhia: o site institucional e o site do produto, conforme orientação do Conselho de Administração.

Estratégias como estas refletem o compromisso da Seguradora Líder-DPVAT em zelar pela transparência e facilitação da comunicação em todas as relações com os seus diversos públicos, sejam parceiros, formadores de opinião ou usuários do Seguro DPVAT.

### Atendimento ao público

A Seguradora Líder-DPVAT disponibiliza diversos canais de relacionamento direto com o público:

**Site do Seguro DPVAT** ([www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br))

Site especializado no Seguro DPVAT que presta diversos serviços *online* e disponibiliza amplas informações por meio de textos simples – 7.998.540 acessos no ano de 2015.

### Email

Disponível pelo site do Seguro DPVAT ([www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br)), presta atendimento ao público com compromisso de resposta em até 24 horas – 18.970 atendimentos no ano de 2015.

### Chat

Disponível pelo site do Seguro DPVAT ([www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br)), atende *online* de segunda a sexta-feira, das 9h às 17h30min – 24.636 atendimentos no ano de 2015.

### Redes Sociais

Atendimento diário nas redes Facebook, Twitter e YouTube, além de posts com orientações sobre o Seguro DPVAT, prevenção de acidentes e informações de utilidade pública:  
Facebook ([www.facebook.com/DPVAToficial](http://www.facebook.com/DPVAToficial)) – 321.067 fãs;  
Twitter ([www.twitter.com/DPVAToficial](http://www.twitter.com/DPVAToficial)) – 46.204 seguidores;  
YouTube ([www.youtube.com/DPVAToficial](http://www.youtube.com/DPVAToficial)) – 3.983.616 visualizações.

### SAC DPVAT (0800-0221204)

Atendimento 24h, disponível todos os dias e gratuito para todo o Brasil – 988.297 atendimentos no ano de 2015.

### Qualidade

Atendimento especializado às reclamações registradas nos canais de relacionamento de primeira instância (SAC, Chat, E-mail/Presencial) e no site Reclame Aqui – 10.264 atendimentos no ano de 2015.

### Consultor de Abertura e Andamento de Processo

Serviço exclusivo para orientar o cidadão a dar entrada no pedido de indenização do Seguro DPVAT – 734 atendimentos no ano de 2015.

### Canal de Denúncias (0800-0221205)

Serviço exclusivo para o registro de denúncias de irregularidades contra o Seguro DPVAT – 618 atendimentos no ano de 2015.

### Atendimento Presencial

Atendimento técnico às vítimas/beneficiários que desejam dar entrada no pedido de indenização do Seguro DPVAT no RJ e SP – 3.382 atendimentos no RJ e 9.248 atendimentos em SP no ano de 2015.

### Atendimento aos Deficientes Auditivos (0800-0221206)

Atendimento 24h especializado para deficientes auditivos, disponível todos os dias e gratuito para todo o Brasil – Nenhum atendimento foi registrado no ano de 2015.

### Ouvidoria (0800-0219135)

Atendimento de última instância a reclamações sobre o Seguro DPVAT – 5.163 atendimentos no ano de 2015. No ano de 2015, os canais de relacionamento da Seguradora Líder-DPVAT tiveram um crescimento de 8% em relação ao ano anterior.

### Perspectivas para o ano de 2016

Estão em desenvolvimento e consolidação as seguintes ações:

- fusão dos Consórcios do Seguro DPVAT, a partir de janeiro de 2016, conforme estabelecido pela Resolução CNSP nº 332, de 9 de dezembro de 2015;
- ampliação contínua da rede de atendimento ao público com implantação de novos pontos localizados em diferentes municípios, através do projeto Parceiro DPVAT e da ampliação da Parceria com os Correios, alcançando as demais agências franqueadas;
- continuidade na Campanha Institucional do Seguro DPVAT dirigida a toda população, incentivando o acesso direto da vítima e seus beneficiários ao Seguro DPVAT, sem a necessidade de utilização de intermediários, e na utilização de mensagens com foco na prevenção de acidentes;
- continuidade da campanha com foco no combate à fraude em regiões do Brasil onde se verificou maior incidência dessas irregularidades;
- consolidação do novo sistema de combate à fraude, reduzindo ainda mais a exposição do Seguro DPVAT e de seus beneficiários às ações de fraudadores;
- aperfeiçoamento da gestão contínua dos novos prestadores de auditoria de campo no combate à fraude;
- implantação do sistema de monitoramento e combate a irregularidades na arrecadação;
- auditoria de manutenção da certificação do SAC DPVAT que, em 2014, obteve a Certificação ISO 9001:2008;
- ampliação da capacidade de atendimento do SAC DPVAT por meio de aprimoramentos tecnológicos e capacitação dos operadores para atenderem alternadamente por telefone, e-mail e chat;
- implantação de novos recursos tecnológicos para ampliação dos canais digitais de relacionamento;
- consolidação do novo sistema de monitoramento e gestão dos processos judiciais (SISDPVAT Jurídico), bem como continuidade nas implementações de melhoria do sistema; ampliação da rede de escritórios de advocacia regionalizados, com vistas ao aperfeiçoamento permanente na condução das ações judiciais do Seguro DPVAT;
- continuidade na execução de políticas que visem à redução do número de ações judiciais propostas, especialmente nos Estados em que se concentra o maior número de ações sem prévio pedido administrativo às Seguradoras;
- monitoramento do funcionamento do sistema de *workflow* de sinistros, bem como continuidade nas implementações de melhoria do sistema;
- implantação de melhorias no processo de gestão e ampliação da rede de prestadores de serviços de Perícias Médicas;
- aprimoramento da estrutura de Tecnologia da Informação para eficiente e eficaz suporte às ações de modernização e continuidade da operação;
- continuidade no programa de capacitação dos novos pontos de atendimento do Seguro DPVAT e reciclagem dos antigos, através de treinamento presencial e EAD (Ensino a Distância), visando à melhoria da eficiência no atendimento; e
- melhoria da qualidade dos dados relacionados aos acidentes de trânsito constantes nos processos de sinistros, visando ao aprimoramento das estatísticas elaboradas pelo Centro de Estatísticas da Seguradora Líder-DPVAT.

### Desempenho da Seguradora Líder-DPVAT

No ano de 2015, as Provisões Técnicas da Seguradora Líder-DPVAT atingiram R\$ 41,2 milhões, contra R\$ 32,8 milhões no mesmo período de 2014.

O total de aplicações financeiras da Seguradora atingiu o montante de R\$ 67,8 milhões, sendo R\$ 26,6 milhões relativos aos ativos livres (carteira de giro) e R\$ 41,2 milhões relativos aos ativos garantidores das Provisões Técnicas. O crescimento destes ativos garantidores correspondeu a 25,5% em comparação ao ano de 2014.

O lucro líquido da Seguradora, depois dos impostos e contribuições, totalizou no ano de 2015 o valor de R\$ 2,6 milhões, gerado pela sua participação média de 0,75011% nos Consórcios do Seguro DPVAT e pelos rendimentos das aplicações financeiras do capital social integralizado, representando um retorno de 10,28% sobre o Patrimônio Líquido médio no ano (R\$ 25,4 milhões). O retorno sobre o Patrimônio Líquido médio do ano é reflexo da regulamentação que define a alocação dos recursos. Por essas normas, o resultado líquido das Seguradoras Consorciadas é limitado a 1,2% da arrecadação (conforme demonstrado no quadro constante do tópico Destinação dos Recursos).

Existe um Acordo de Acionistas que contém regras sobre governança corporativa, de entrada e de saída de acionistas da Sociedade, e outras específicas para alienação de participações e para eleição do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, bem como disposições sobre o exercício de ações e execução por inadimplência de obrigações, além de outras disposições.

### Publicação de dados no site da SUSEP

As Demonstrações Financeiras completas, acompanhadas do parecer de nossos auditores externos, e aprovadas pelo Conselho de Administração por recomendação do Comitê de Auditoria e pelo Conselho Fiscal, serão enviadas para disponibilização no site da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e estarão disponíveis no site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br).

### Agradecimentos

A Seguradora Líder-DPVAT registra os agradecimentos aos acionistas, à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, às demais autoridades públicas, aos seus colaboradores e parceiros comerciais.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2016.

**A Administração**



# Mudou para os pedestres.

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO 2015 E DE 2014

(...continuação)

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2015	2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2015	2014
Circulante		381.890	356.976	Circulante		331.734	312.302
Disponível	5	21.626	10.385	Contas a pagar		95.063	115.635
Caixa e equivalente de caixa - Seguradora Líder		149		Obrigações a pagar - Consórcios DPVAT	9	16.236	12.142
Disponível - Consórcios DPVAT		21.477	10.385	Impostos e encargos sociais a recolher - Consórcios DPVAT		5.030	3.800
Aplicações	6 e 7	315.652	321.201	Encargos trabalhistas - Consórcios DPVAT		4.640	4.133
Aplicações - Seguradora Líder		67.717	57.245	Impostos e contribuições - Seguradora Líder		1.865	1.413
Aplicações - Consórcios DPVAT		247.935	263.956	Resultados a distribuir - Consórcios DPVAT	10	61.348	63.290
Outros créditos operacionais		696	629	Outras contas a pagar - Consórcios DPVAT	11	5.322	30.333
Outros créditos operacionais - Seguradora Líder		696	629	Outras contas a pagar - Seguradora Líder	18(e)	622	524
Títulos e créditos a receber	8	43.718	24.582	Débitos de operações com seguros		30.301	24.979
Títulos e créditos a receber - Consórcios DPVAT		49.042	30.118	Prêmios a restituir - Consórcios DPVAT		13	9
Outros créditos - Seguradora Líder		1.556	1.344	Corretores de seguros - Consórcios DPVAT		7.321	6.576
Provisão para riscos de créditos - Consórcios DPVAT		(6.880)	(6.880)	Detrans - Consórcios DPVAT	12	15.373	10.371
Despesas antecipadas - Consórcios DPVAT		198	179	Outros débitos operacionais - Seguradora Líder		11	13
				Outros débitos operacionais - Consórcios DPVAT		7.583	8.010
Não circulante		1.293	1.220	Depósitos de terceiros - Consórcios DPVAT	13	164.537	138.480
Realizável a longo prazo		1.097	1.094	Provisões técnicas - Seguros e resseguros	14	41.156	32.801
Títulos e créditos a receber		1.097	1.094	Sinistros a liquidar - Seguradora Líder		14.703	15.983
Outros créditos a receber - Consórcios DPVAT		2.567	2.564	Provisões de sinistros ocorridos mas não avisados - Seguradora Líder		26.154	16.425
Provisão para riscos de crédito - Consórcios DPVAT		(1.470)	(1.470)	Outras provisões - Seguradora Líder		299	393
Imobilizado - Seguradora Líder		126	73	Outros débitos			
Intangível - Seguradora Líder	24(b)	70	53	Provisões judiciais - Consórcios DPVAT		677	407
				Não circulante	17	24.986	21.427
Total do ativo		383.183	358.196	Outros débitos - Seguradora Líder		196	126
				Outros débitos - Consórcios DPVAT		24.790	21.301
				Patrimônio líquido - Seguradora Líder	18	26.463	24.467
				Capital social		15.000	15.000
				Reservas de lucros		11.463	9.467
				Total do passivo e patrimônio líquido		383.183	358.196

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2015	2014
<b>Prêmios emitidos líquidos</b>		8.654.072	8.468.054
Prêmios cedidos - repasses obrigatórios	21(a)	(4.327.536)	(4.234.514)
Prêmios cedidos - repasses aos Consórcios DPVAT		(4.294.090)	(4.203.515)
<b>Prêmios retidos</b>		32.446	30.025
Variação das provisões técnicas		(38)	(252)
<b>Prêmios ganhos</b>	20	32.408	29.773
Sinistros diretos		(3.745.670)	(3.664.778)
Sinistros - repasse aos Consórcios DPVAT		3.717.581	3.638.787
<b>Sinistros ocorridos</b>	21(b)	(28.089)	(25.991)
Custo de aquisição	21(c)	(459)	(426)
Outras receitas e despesas operacionais	21(d)	(493)	(443)
Despesas administrativas	21(e)	(1.516)	(1.314)
Despesas com tributos	21(f)	(730)	(491)
Resultado financeiro	21(g)	3.384	2.549
<b>Resultado operacional</b>		4.505	3.657
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		4.505	3.657
Imposto de renda	19	(1.099)	(864)
Contribuição social	19	(743)	(545)
Participações sobre o resultado		(45)	(41)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		2.618	2.207
Quantidade de ações (em unidades)	18	15.000.000	15.000.000
Lucro líquido por lote de mil ações do exercício atribuível aos acionistas - básico e diluído - R\$		174,53	147,13

Não foram auferidos outros resultados abrangentes durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2015	2014
<b>Atividades operacionais</b>		
Recebimentos de prêmios de seguros	1.956	1.667
Outros pagamentos operacionais	(21)	(21)
<b>Caixa líquido gerado pelas operações</b>	1.956	1.646
Impostos e contribuições pagos	(2.327)	(1.882)
Aplicações - vendas e resgates	1.044	648
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	673	412
<b>Atividades de financiamento</b>		
Pagamento de dividendos	(524)	(412)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	(524)	(412)
<b>Variação de caixa e equivalente a caixa</b>		
<b>Caixa e equivalente de caixa no início do exercício</b>		
<b>Caixa e equivalente de caixa no final do exercício</b>	149	
Aumento nas aplicações financeiras recursos livres	2.119	1.746
<b>Conciliação com o lucro líquido do exercício</b>		
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido do exercício	2.618	2.207
Receitas não realizadas de aplicações	(3.167)	(2.416)
Despesa de imposto de renda, contribuição social e participações	1.887	1.450
<b>Atividades operacionais</b>		
Variações nos ativos e passivos		
Aplicações	(7.455)	(3.152)
Outros créditos operacionais	(278)	(329)
Provisões técnicas	8.353	3.820
Outros débitos operacionais	402	232
<b>Caixa proveniente das operações</b>	2.360	1.810
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.687)	(1.402)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	673	412

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		Legal	Estatutária		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	15.000	511	7.273		22.784
Lucro líquido do exercício				2.207	2.207
Destinação do lucro					
Reserva legal		110		(110)	
Reserva estatutária			1.573	(1.573)	
Dividendos propostos (R\$ 34,93 por lote de mil ações)				(524)	(524)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	15.000	621	8.846		24.467
Lucro líquido do exercício				2.618	2.618
Destinação do lucro					
Reserva legal		131		(131)	
Reserva estatutária			1.865	(1.865)	
Dividendos propostos (R\$ 41,47 por lote de mil ações)				(622)	(622)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	15.000	752	10.711		26.463

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

#### 1. Informações gerais

##### (a) Como líder dos Consórcios de Seguros DPVAT

A Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora Líder-DPVAT" ou "Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 10 de outubro de 2007 e autorizada a operar pela Portaria da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP nº 2.797 de 4 de dezembro de 2007. A Seguradora Líder-DPVAT foi criada com a finalidade de promover o alinhamento das operações do Seguro DPVAT (Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não) com as deliberações da Resolução nº 154, de 8 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, a qual determinou a substituição dos Convênios por Consórcios, constituídos na forma da Lei das Sociedades por Ações, e estabeleceu que a administração desses Consórcios fosse realizada por uma seguradora especializada.

Dessa forma, a partir de 1º de janeiro de 2008, a Seguradora Líder-DPVAT foi designada para a função de líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT e, como sua administradora, tem as principais funções de: recolher os prêmios, coordenar a emissão dos bilhetes, revisar a regulação, liquidar os sinistros e pagar as despesas de administração com os recursos dos Consórcios. A Seguradora Líder-DPVAT não recebe remuneração pela prestação de seus serviços de administração dos Consórcios e os custos de sua estrutura administrativa diretamente vinculada aos Consórcios são a eles alocados.

Até 31 de dezembro de 2007, as atividades de administração das operações do Seguro DPVAT eram exercidas pela FENASEG - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, cuja equipe de profissionais e estruturas administrativa e operacional foram, também, transferidas para a Seguradora Líder-DPVAT.

##### (b) Como integrante dos Consórcios de Seguros DPVAT

Além de atuar como líder dos Consórcios do Seguro Obrigatório DPVAT, a Seguradora Líder-DPVAT também deles participa, sendo o resultado oriundo dos referidos Consórcios refletido em suas demonstrações financeiras mediante aplicação dos seguintes percentuais de participação:

Período	(%)
De janeiro a março de 2014	0,66768
Em abril de 2014	0,72313
De maio de 2014	0,72053
De junho a julho de 2014	0,72958
De agosto a setembro de 2014	0,73984
De outubro a dezembro de 2014	0,74654
Em janeiro de 2015	0,73346
De fevereiro a março de 2015	0,74261
De abril a junho de 2015	0,75611
De julho a outubro de 2015	0,75431
De novembro a dezembro de 2015	0,76408

(\*) Os percentuais de participação acima são calculados considerando 50% com base no patrimônio líquido ajustado (PLA) de cada seguradora participante dos Consórcios, mais 50% definidos com base nas regiões onde as sociedades participantes estão autorizadas a operar, conforme metodologia de cálculo definida na Resolução CNSP nº 298 de dezembro de 2013, em vigor a partir de abril de 2014. Anteriormente, a metodologia de cálculo era estabelecida pelos Consórcios do Seguro DPVAT.

As seguradoras, em conjunto e sob a forma de Consórcios, entre as quais a Seguradora Líder-DPVAT, operam o seguro DPVAT para os veículos automotores de categorias específicas, conforme tabela de prêmios de DPVAT constante da Resolução CNSP nº 274/12, assumindo os direitos e obrigações resultantes dos contratos celebrados com os proprietários de veículos por meio dos bilhetes conjugados aos certificados de registro e licenciamento, emitidos pelas autoridades estaduais de trânsito, em todo o território nacional.

Para operar o seguro DPVAT, as seguradoras aderiram, simultaneamente, aos dois únicos Consórcios do Seguro DPVAT, mediante manifestação escrita de adesão na qual aceitam integralmente as cláusulas e condições dos mesmos, acompanhada de autorização da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Em caso de desligamento voluntário, a seguradora requerente transferirá a sua parcela de IBNR e demais provisões técnicas do DPVAT para as demais seguradoras, após análise pela Seguradora Líder-DPVAT da suficiência da margem de solvência das seguradoras remanescentes para operarem o referido seguro. A exclusão da seguradora somente terá efeito liberatório de qualquer obrigação relativa ao seguro DPVAT sobre sinistros ocorridos ou a ocorrer, avisados ou não, após o transcurso de três anos a contar do início do ano civil em que foi excluída.

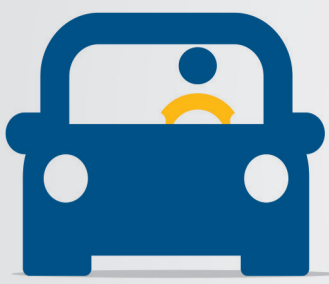
Os prêmios tarifários, as indenizações por cobertura e os percentuais de repasse dos prêmios arrecadados, inclusive para constituição de provisões técnicas, são determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e divulgados pela SUSEP. Dessa forma, conforme Resolução CNSP nº 305/2013, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, os prêmios tarifários arrecadados relativos às categorias 1, 2, 9 e 10 (Consórcio 1) e às categorias 3 e 4 (Consórcio 2) são assim distribuídos:

Componentes	Consórcio 1		Consórcio 2	
	(%)	(%)	(%)	(%)
Fundo Nacional de Saúde - FNS	45,0	45,0		
Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	5,0	5,0		
Seguradoras				
Despesas administrativas (*)	3,9228	7,1339		
Prêmio puro + IBNR (*)	43,5772	32,8661		
Corretagem	0,5	8,0		
Margem de resultado	2,0	2,0		
	100	100		

(\*) Ver critério de cálculo na nota 2.10.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os percentuais aplicados foram os mesmos praticados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

(Continua...)



# Mudou para os motociclistas.

(...continuação)

## NOTAS EXPLICATIVAS DA DEMONSTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As posições patrimoniais dos Consórcios administrados pela Seguradora Líder-DPVAT estão demonstradas como segue:

	2015	2014
<b>Ativo</b>		
Circulante .....	5.699.003	4.691.508
Disponível (i) .....	21.477	10.385
Aplicações .....	5.634.166	4.657.706
Títulos para cobertura de provisões técnicas (ii) .....	5.386.231	4.393.750
Outras aplicações financeiras .....	247.935	263.956
Títulos e créditos a receber (i) .....	42.162	23.238
Despesas antecipadas (i) .....	198	179
Não circulante .....	1.097	1.094
Títulos e créditos a receber (i) .....	1.097	1.094
<b>Total do ativo</b> .....	<b>5.699.100</b>	<b>4.692.602</b>
<b>Passivo</b>		
Circulante .....	5.674.310	4.671.301
Contas a pagar (i) .....	92.576	113.698
Débitos com operações de seguros (i) .....	30.290	24.966
Dépósitos de terceiros (i) .....	164.537	138.480
Provisões judiciais (i) .....	677	407
Provisões técnicas (ii) .....	5.386.230	4.393.750
Sinistros ocorridos mas não avisados .....	3.422.885	2.200.197
Sinistros a liquidar .....	1.924.221	1.240.994
Outras provisões (PDA) .....	39.124	52.649
Não circulante .....	24.790	21.301
Outros débitos (i) .....	24.790	21.301
<b>Total do passivo</b> .....	<b>5.699.100</b>	<b>4.692.602</b>

(i) Saldos também registrados nos balanços patrimoniais da Seguradora Líder-DPVAT para posterior transferência aos Consórcios.  
(ii) Saldos submetidos a procedimentos de auditoria para fins de determinação dos seus efeitos nos balanços patrimoniais da Seguradora Líder-DPVAT, mediante a aplicação dos percentuais de participação mencionados na Nota 1(b), tais saldos foram calculados em conformidade com as instruções e práticas contábeis específicas aos Consórcios DPVAT estabelecidas pela SUSEP.

Os Sinistros auferiram as seguintes resultados nos exercícios findos em 31 de dezembro (incluindo a Seguradora Líder-DPVAT, pois a mesma também é consorciada):

	2015	2014
Prêmios emitidos líquidos (i) .....	8.654.072	8.468.054
Repasses obrigatórios (i) .....	(4.327.536)	(4.234.514)
Prêmios retidos .....	4.326.536	4.233.540
Variação das provisões técnicas (ii) .....	(5.864)	(37.996)
<b>Prêmios ganhos</b> .....	<b>4.320.672</b>	<b>4.195.544</b>
Sinistros ocorridos (i) .....	(3.745.670)	(3.664.778)
Custo de aquisição (ii) .....	(61.148)	(60.099)
Outras receitas e despesas operacionais (ii) .....	(65.555)	(61.932)
Despesas administrativas (ii) .....	(206.812)	(183.837)
Despesas com tributos (ii) .....	(97.927)	(74.655)
Resultado financeiro (ii) .....	28.965	18.573
Resultado na alienação de bens (ii) .....	57	59
<b>Resultado dos Consórcios</b> .....	<b>172.582</b>	<b>168.875</b>

(i) Valores registrados nas demonstrações do resultado da Seguradora Líder-DPVAT e que foram objeto de repasse aos Consórcios.  
(ii) Saldos submetidos a procedimentos de auditoria para fins de determinação dos seus efeitos nos balanços patrimoniais da Seguradora Líder-DPVAT, mediante a aplicação dos percentuais de participação mencionados na Nota 1(b), tais saldos foram calculados em conformidade com as instruções e práticas contábeis específicas aos Consórcios DPVAT estabelecidas pela SUSEP.

### (c) Atendimento à Resolução CNSP nº 273/2012

Apresentamos abaixo as informações para atendimento dos artigos 6º e 7º da Resolução CNSP nº 273/2012:

- O lucro líquido da Seguradora Líder-DPVAT, no montante de R\$ 2.618, e o resultado dos Consórcios destinado a cada Seguradora integrante dos Consórcios 1 e 2, cujo total monta a R\$ 172.582 (incluindo a Seguradora Líder-DPVAT), em 31 de dezembro de 2015, correspondem a até 2% do total anual arrecadado pelo seguro DPVAT.
- As despesas administrativas incorridas e objeto de rateio entre os integrantes dos consórcios (Nota 21(e)) foram realizadas e controladas em observância aos princípios da eficiência, da razoabilidade, da publicidade e da impessoalidade.
- As contratações foram feitas com fornecedores e prestadores de serviços, considerando os atributos de qualidade definidos pela Seguradora Líder e em concordância com as práticas usuais de mercado.
- As doações e patrocínios realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 estão relacionados aos objetivos operacionais e institucionais do Seguro DPVAT.
- No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, os funcionários da Seguradora Líder-DPVAT não apresentaram vínculo de parentesco com os indivíduos relacionados na referida resolução.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Seguradora em 17 de fevereiro de 2016.

### 2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados de acordo, com normatização específica definida pela SUSEP.

#### 2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas, considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis da Seguradora. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e estimativas maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em especial as operações do Consórcio DPVAT, incluindo os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pela SUSEP, no que não contrariam a Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015.

#### 2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Seguradora são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional da Seguradora.

#### 2.3. Disponível - caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários com vencimentos originais de três meses ou menos e com risco insignificante de mudança de valor, que são utilizados pela Seguradora para gerenciamento dos compromissos de curto prazo dos consórcios.

#### 2.4. Ativos financeiros

##### 2.4.1. Classificação

A Seguradora classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### (a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes.

##### (b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses, após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes).

#### 2.4.2. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Seguradora se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um instrumento financeiro não estiver ativo, a Seguradora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Seguradora.

#### 2.4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos. A Seguradora aplica o CPC 46 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja com base em dados observáveis do mercado e a sociedade utiliza premissas internas para a determinação de sua metodologia e classificação.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Seguradora estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Seguradora. A Seguradora possui como política de gestão de risco financeiro, a contratação de instrumentos financeiros disponíveis no mercado brasileiro, cujo valor de mercado pode ser mensurado com confiabilidade, visando alta liquidez para honrar suas obrigações futuras e como uma política prudente de gestão de risco de liquidez. Na Nota 7 encontra-se a composição das aplicações financeiras, as quais foram classificadas no Nível 1.

#### 2.4.4. Compensação de ativos e passivos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Não houve compensação de ativos e passivos financeiros nos exercícios cobertos por esta demonstração financeira.

#### 2.4.5. Impairment de ativos financeiros

A Seguradora, avalia no final de cada exercício, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e a seguinte ocorrência (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- o dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- o torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras.

A Seguradora avalia, em primeiro lugar, se existe evidência objetiva de *impairment*. O montante do prejuízo é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros.

#### 2.5. Demais ativos circulante e não circulante

Os demais ativos são auferidos ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias demonstradas e, quando aplicável, o efeito do ajuste dessas ativos para o valor de mercado ou de realização. A Seguradora constitui provisão para riscos de crédito em montante julgado suficiente para fazer face a prováveis perdas na realização de créditos a receber.

#### 2.6. Imobilizado

Demonsrtrado ao custo de aquisição, deduzido de depreciação, pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração o prazo de vida útil econômica dos bens, sendo 10 anos para móveis e utensílios e 5 anos para veículos, equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.

#### 2.7. Intangível - programas de computador (softwares)

Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Seguradora e que gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas, na medida em que são incorridos. Os gastos com o desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos serão amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, à medida que entrarem em operação.

#### 2.8. Impairment de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. No caso de ativos intangíveis com vida útil indefinida ou em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado anualmente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

#### 2.9. Contas a pagar

As contas a pagar são obrigações por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das operações da Seguradora, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

#### 2.10. Provisões técnicas - seguros

São constituídas com base em critérios de cálculo definidos especificamente pelo Conselho Nacional de Seguros Privados para o ramo DPVAT, por meio da Resolução CNSP nº 153/06, conforme abaixo. Sobre o montante calculado de acordo com a referida metodologia, é aplicado o percentual de participação que cabe à Seguradora Líder-DPVAT para o cálculo das provisões técnicas de sua responsabilidade.

##### • Sinistros a liquidar - PSL

Constituída para cobertura dos valores a pagar por sinistros avisados até a data-base de cálculo, de acordo com a responsabilidade revista, a partir dos recursos originários do respectivo IBNR, que deverá ser ajustado considerando a variação mensal da PSL. Os seguintes critérios são adotados para o cálculo da PSL:

- Sinistros em demanda judicial com ação transitada em julgado: valor da sentença.
- Sinistros administrativos para cobertura de morte: valor máximo de indenização estabelecido pelo CNSP.
- Sinistros administrativos para as demais coberturas e sinistros em demanda judicial para ações em trânsito: (i) valor acordado entre a Seguradora e o segurado ou (ii) valor reclamado pelo segurado, quando aceito pela Seguradora ou (iii) valor estimado pela Seguradora, quando o segurado não tenha indicado o valor do sinistro ou (iv) valor igual à metade da soma da indenização reclamada pelo segurado e da estimada pela Seguradora, quando houver divergência de avaliação, limitado ao valor máximo de indenização estabelecido pelo CNSP.

De acordo com nota técnica revisada pela Seguradora Líder-DPVAT, para os casos de sinistros administrativos e os sinistros judiciais, respectivamente, as estimativas passaram a considerar, também, as seguintes premissas:

- Sinistros administrativos: probabilidade de ocorrência de sinistros negados por ausência de cobertura ou cancelados, calculada com base no histórico de ocorrências dos últimos doze meses.
- Sinistros administrativos por despesas médico-hospitalares: histórico do valor médio indenizado nos últimos seis meses, desde que não exceda ao valor máximo de cobertura.
- Sinistros administrativos por invalidez: histórico do valor médio dos sinistros com indenizações pagas de sinistros que transitaram na PSL, pelo menos em uma data de fechamento contábil nos últimos doze meses, desde que não exceda ao valor máximo de cobertura.
- Sinistros judiciais: histórico de ações judiciais, calculado com base nos eventos encerrados nos últimos doze meses.

##### • Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR

É calculada pela diferença entre o valor obtido pelo percentual aplicado sobre prêmios arrecadados e o somatório dos sinistros efetivamente pagos. Se a referida diferença for negativa, o montante correspondente deverá ser baixado do IBNR. Para os exercícios de 2015 e 2014 foram utilizados os mesmos percentuais (43,5772% para o Consórcio 1 e 32,8661% para o Consórcio 2). Essa prática difere das práticas atuariais usualmente utilizadas, porém estão de acordo com as normas específicas do órgão regulador brasileiro (CNSP).

##### • Provisão de despesas relacionadas - PDR

Registrada na rubrica "Outras provisões", é constituída por meio da apuração mensal do resultado administrativo de cada Consórcio. O referido resultado administrativo é determinado pela diferença do percentual aplicado sobre os prêmios arrecadados e as despesas administrativas efetivamente realizadas pelo Consórcio no correspondente mês. Eventuais déficits são abatidos da PDR acumulada do mês anterior e, não havendo saldo suficiente, as seguradoras que compõem o convênio DPVAT deverão suprir a insuficiência. Para os exercícios de 2015 e 2014 foram utilizados os mesmos percentuais (3,9228% para o Consórcio 1 e 7,1339% para o Consórcio 2).

##### • Aplicação dos recursos das provisões

Os recursos das provisões são capitalizados mensalmente pela rentabilidade obtida pela carteira de investimento dos seus ativos garantidores.

##### • Teste de adequação dos passivos (LAT - Liability Adequacy Test)

Conforme disposto na Circular SUSEP nº 517/2015, o teste de adequação dos passivos exigido pelo CPC 11 - Contratos de Seguros não é requerido às operações do Seguro DPVAT.

#### 2.11. Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço.

#### 2.12. Ativos e passivos contingentes

- Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados em notas explicativas, quando aplicável.
- Passivos contingentes:** são constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de nossos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão ou divulgação.

#### 2.13. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro tributável e, quando aplicável, acrescida de adicional específico de 10% sobre o lucro tributável que ultrapassar R\$ 240. A provisão para a contribuição social é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro antes do imposto de renda até 31 de agosto de 2015. A partir de 1º de setembro de 2015, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/2015, a alíquota da CSLL passou para 20%, válida até 31 de dezembro de 2018 (Nota 19).

#### 2.14. Apuração do resultado

A apuração do resultado considera:

- os preços tarifários e comissões, incluindo os custos de angariação deduzidos dos cancelamentos, restituições e cessões, de acordo com o prazo de vigência dos bilhetes (ano civil);
- os repasses obrigatórios dos prêmios tarifários arrecadados, conforme critérios de distribuição estabelecidos pela Resolução CNSP nº 305/2013 a partir de 2014;
- os repasses, para os consórcios, dos prêmios tarifários arrecadados (os prêmios emitidos líquidos) e dos sinistros diretos na proporção correspondente às quotas das demais seguradoras integrantes dos consórcios;
- a variação das provisões técnicas calculadas conforme critério de cálculo descrito na Nota 2.10;
- os sinistros pagos mediante liquidação financeira;
- a participação dos funcionários, apurada com base em programa próprio, consoante a Lei nº 10.101 de 19 de dezembro de 2000, e arquivado no sindicato da categoria;
- a receita e as despesas financeiras, reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, quando aplicável; e
- as demais receitas e despesas, de acordo com o regime de competência.

#### 3. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Seguradora faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

##### (a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de passivos de seguros

O componente onde a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativa é na constituição dos passivos de seguros da Seguradora. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar em última instância. A Seguradora utiliza todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração, sendo que, as provisões relacionadas a seguros são exclusivamente determinadas de acordo com critério de cálculo definido pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, conforme descrito na Nota 2.10. Dessa forma, os valores provisionados podem diferir dos valores efetivamente liquidados em datas futuras para tais obrigações.

#### 4. Gestão de risco financeiro

##### 4.1. Riscos financeiros

A Seguradora possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. A política de gerenciamento de risco da Seguradora foi estabelecida pela Administração. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira. A Administração examina e revisa informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

##### (a) Risco de crédito

A Seguradora administra os Consórcios do Seguro DPVAT e tem como principais funções recolher os sinistros, condenar a emissão dos bilhetes, revisar a regulação e liquidar os prêmios e pagar as despesas da Administração com os recursos dos Consórcios. Não há, segundo a Administração da Seguradora, portanto, risco relevante de crédito no que tange ao seu contas a receber. As aplicações financeiras são realizadas exclusivamente em títulos com emissão do Tesouro Nacional.

##### (b) Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco da Seguradora não ter recursos financeiros líquidos suficientes para cumprir suas obrigações ou ter de incorrer em custos excessivos para fazê-lo. A política da Seguradora é manter uma liquidez adequada e liquidez contingente para atender suas obrigações, tanto em condições normais quanto de estresse. Para alcançar este objetivo, a Seguradora avalia, monitora e gerencia suas necessidades de liquidez em uma base contínua.

A Seguradora tem políticas de gestão de liquidez e de diretrizes específicas sobre a forma de planejar, gerenciar e relatar sua liquidez, propiciando recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

##### Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento diário do risco de liquidez é realizado pela gerência financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações em conjunto com a gerência de investimentos, que é a responsável pela liquidez dos instrumentos financeiros utilizado na gestão das aplicações financeiras, utilizando Estudo de Macro Alocação de Ativos (ALM) elaborado por consultoria externa. O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para permitir à Seguradora liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Para administrar a liquidez do caixa são estabelecidas premissas (acordo de datas de pagamento a fornecedores, dentre outras) de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela Administração. A gerência financeira monitora continuamente as previsões das exigências de liquidez da Seguradora para assegurar que tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

A sobre de caixa é transferida para a conta centralizadora que investe em fundos de investimentos, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para atender às responsabilidades operacionais. De acordo com o órgão regulador e assumindo uma posição ainda mais conservadora, a carteira da Seguradora está aplicada em fundos de investimentos lastreados 100% em títulos públicos federais.

##### Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa da carteira de investimentos com os respectivos passivos. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade da Seguradora de cobrir altas exigências de liquidez. A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

##### (c) Risco de mercado

##### Risco com taxa de juros

O risco associado é oriundo da possibilidade da Seguradora incorrer em perdas oriundas de flutuações nas taxas de juros que diminuam as receitas financeiras relativas a aplicações financeiras. A Administração monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

##### Gerenciamento de risco de mercado

O risco de mercado está ligado à possibilidade de perda por oscilação de preços e taxas em função dos descasamentos de prazos e indexadores das carteiras ativa e passiva. Este risco tem sido acompanhado com crescente interesse pelo mercado, com substancial evolução técnica nos últimos anos, no intuito de evitar, ou pelo menos minimizar, eventuais prejuízos para as instituições, dada a elevação na complexidade das operações realizadas nos mercados.

##### Controle do risco de mercado

O risco de mercado é gerenciado por meio de metodologias e modelos condizentes com a realidade do mercado nacional, permitindo embasar decisões estratégicas com grande agilidade e alto grau de confiança, tendo como consequência uma melhor avaliação e definição dos limites de investimentos em títulos públicos federais e também o estabelecimento de limites operacionais de descasamento entre ativos e passivos. A principal atividade da gestão de risco de mercado é de elaborar análises de sensibilidade e simular resultados em cenários de estresse para as posições da Seguradora.

(Continua...)



# Mudou para os coletivos.

(...continuação)

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O controle do risco de mercado é calculado para cada carteira por Consultoria Financeira externa gerando informação para acompanhamento pelo Comitê de Investimentos, cujas principais atribuições são:

- definir estratégias de atuação para a otimização dos resultados e apresentar as posições mantidas pela organização;
- analisar o cenário político-econômico nacional e internacional;
- avaliar os limites de investimentos em títulos públicos federais;
- avaliar e definir os limites de *Value at Risk* (VaR) das carteiras;
- analisar a política de liquidez; e
- realizar reuniões extraordinárias para análise de posições e situações em que os limites de posições ou VaR sejam ultrapassados.

Dentre as principais atividades da gerência de investimentos, destacamos o acompanhamento, cálculo e análise do risco de mercado das posições, por meio da metodologia do VaR.

### Análise do risco de mercado

A política da Seguradora, em termos de exposição a riscos de mercado, é conservadora, sendo que os limites de VaR estão definidos na Política de Investimentos e o cumprimento destes é acompanhado diariamente por área independente à do gestor das posições. A metodologia adotada para a apuração do VaR tem intervalo de confiança de 95% e horizonte de tempo de 21 dias. As volatilidades e as correlações utilizadas pelos modelos são calculadas a partir de métodos estatísticos e são ajustadas, quando necessário, a fatos ainda não capturados pelos dados utilizados nos modelos e a sensibilidade dos participantes dos trabalhos.

### Teste de sensibilidade (Risco de Mercado)

As aplicações financeiras oferecidas em garantia das provisões técnicas da Seguradora estão registradas na Central de Títulos Privados – CETIP, sob a custódia centralizada do Itaú Custódia e são integralmente aplicados conforme as leis estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, e o Conselho Monetário Nacional – CMN. O custo de oportunidade utilizado pela Seguradora para avaliar os investimentos é a taxa referencial de juros do mercado.

### 4.2. Risco legal e "compliance"

É o risco de perdas resultantes do não cumprimento de leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. De forma mais específica, pode ser identificado como: (i) risco com órgãos reguladores, (ii) risco de atividades em desacordo com políticas internas, (iii) risco de lavagem de dinheiro, (iv) risco de restrição e (v) risco de contratos.

#### Gestão do risco legal

Com uma visão corporativa, o departamento jurídico da organização, em conjunto com seus prestadores de serviços, realiza a revisão periódica dos contratos a fim de mitigar o risco legal.

#### Gestão do risco de "compliance"

A Seguradora Líder-DPVAT possui uma estrutura de "compliance" e a figura dos agentes de "compliance", a fim de adequar as suas atividades às determinações dos órgãos reguladores e fiscalizadores, através de uma sólida cultura de controles internos, elevados padrões de integridade e excelência ética e aderência à legislação.

Os agentes de "compliance", certificados por entidade reconhecida no Mercado Segurador, têm por função disseminar a metodologia e as determinações de "compliance" em suas áreas, garantindo a efetividade do gerenciamento dos riscos, através de algumas etapas básicas que consistem no detalhamento das atividades-chaves e seus processos, identificação de riscos e controles e criação de planos de ação.

O processo de autoavaliação do sistema de controles internos é realizado no mínimo uma vez ao ano.

### 5. Instrumentos financeiros por categoria

	2015	
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>		
(a) <b>Seguradora Líder</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	149	149
Aplicações	67.717	67.717
Créditos das operações e outros créditos	2.252	2.252
	<u>2.401</u>	<u>70.118</u>
(b) <b>Consórcios DPVAT</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	21.477	21.477
Aplicações	247.935	247.935
Créditos das operações e outros créditos	43.259	43.259
	<u>64.736</u>	<u>312.671</u>
		<b>Outros passivos financeiros</b>

### Passivo, conforme balanço patrimonial

(a) <b>Seguradora Líder</b>	
Obrigações a pagar e outras obrigações, excluindo obrigações legais	829
(b) <b>Consórcios DPVAT</b>	
Obrigações a pagar e outras obrigações, excluindo obrigações legais	137.986

	2014	
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Total
<b>Ativos, conforme balanço patrimonial</b>		
(a) <b>Seguradora Líder</b>		
Aplicações	57.245	57.245
Créditos das operações e outros créditos	1.973	1.973
	<u>1.973</u>	<u>59.218</u>
(b) <b>Consórcios DPVAT</b>		
Caixa e bancos	10.385	10.385
Aplicações	263.956	263.956
Créditos das operações e outros créditos	24.332	24.332
	<u>34.717</u>	<u>298.673</u>
		<b>Outros passivos financeiros</b>

### Passivo, conforme balanço patrimonial

(a) <b>Seguradora Líder</b>	
Obrigações a pagar e outras obrigações, exceto obrigações legais	663
(b) <b>Consórcios DPVAT</b>	
Obrigações a pagar e outras obrigações, exceto obrigações legais	152.032

### 6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

	2015	2014
<b>Contrapartes sem classificação externa de crédito</b>		
Créditos das operações e outros créditos		
Seguradora Líder	2.252	1.973
Consórcios DPVAT	43.259	24.332
	<u>45.511</u>	<u>26.305</u>

	Rating	2015	2014
<b>Contrapartes com classificação externa de crédito</b>			
<b>Disponível – Seguradora Líder</b>			
Banco do Brasil S.A.	AAA(bra)(*)	149	
<b>Disponível - Consórcios DPVAT</b>			
Disponível em caixa		5	5
Banco do Brasil S.A.	AAA(bra)(*)	17.227	10.367
Caixa Econômica Federal	AAA(bra)(*)	28	8
Banco Bradesco S.A.	AAA(bra)(*)	1.546	
Itaú Unibanco S.A.	AAA(bra)(*)	2.671	5
<b>Total do disponível</b>		<u>21.477</u>	<u>10.385</u>

	Rating	2015	2014
<b>Contrapartes com classificação externa de crédito</b>			
<b>Aplicações - Seguradora Líder</b>			
Banco Bradesco S.A.	MQ1(**)	17.331	17.331
Banco do Brasil S.A.	MQ1(**)	21.235	17.517
Caixa Econômica Federal (VITER) - Mais Alto Padrão(*)		3.521	1.840
Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. - Mais Alto Padrão(*)		11.290	17.155
Icatu Vanguarda	MQ2(**)	2.457	1.124
Banco Safra S.A.	Mais Alto Padrão(*)	3.501	854
Porto Seguro Fundo de Investimentos		2.116	
Santander Brasil Gestão de Recursos	MQ1(**)	951	
Mapfre Fundo de Investimentos		2.038	1.424
		<u>67.717</u>	<u>57.245</u>
<b>Aplicações - Consórcios DPVAT</b>			
Banco Bradesco S.A.	MQ1(**)	82.646	87.986
Banco do Brasil S.A.	MQ1(**)	82.646	87.986
Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A. - Mais Alto Padrão(*)		82.643	87.984
<b>Total de aplicações</b>		<u>247.935</u>	<u>263.956</u>

(\*) Classificação obtida na agência de rating Fitch Ratings.

(\*\*) Classificação obtida na agência de rating Moody's.

### 7. Aplicações

#### (i) Composição

	2015 Valor de mercado	2014 Valor de mercado
(a) <b>Seguradora Líder</b>		
<b>Títulos para negociação</b>		
<b>Fundos de Investimento Circulante</b>		
Bradesco FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	11.758	9.187
Banco do Brasil FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	12.385	9.373
Itaú FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	2.440	9.011
Icatu Vanguarda FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	2.457	1.124
Safra FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	3.501	854
Caixa FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	3.521	1.840
Mapfre FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	2.038	1.424
Porto Seguro FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	2.116	
Santander FI RF Provisões Técnicas dos Consórcios do Seguro DPVAT	951	
BB Institucional FI Renda Fixa	8.850	8.144
Bradesco FI Referenciado DI Premium	8.850	8.144
Itaú Soberano Referenciado DI LP	8.850	8.144
	<u>67.717</u>	<u>57.245</u>

Os títulos marcados para negociação são classificados no ativo circulante independentemente da data do seu vencimento, conforme Circular SUSEP nº 517/15.

#### (b) Consórcios DPVAT

##### Títulos para negociação

	2015	2014
<b>Fundos de Investimento Circulante</b>		
BB Top DI Público	82.646	87.986
Bradesco FI Referenciado DI Federal Extra	82.646	87.986
Itaú Soberano Ref DI LP FI	75.669	81.163
Itaú BBA Federal Provision CP FICFI	6.974	6.821
	<u>247.935</u>	<u>263.956</u>

A carteira dos fundos de investimento da Seguradora Líder-DPVAT é restrita aos consórcios e composta, exclusivamente, por títulos públicos federais, classificadas como títulos para negociação e com vencimentos até 2050.

Em 31 de dezembro de 2015, 100% das aplicações estão classificadas na categoria "Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado". O valor de mercado dos títulos públicos federais foi obtido na divulgação do mercado secundário da ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.

#### (ii) Análise de sensibilidade

Os parâmetros para gerenciamento e controle dos riscos das aplicações financeiras da Seguradora são estabelecidos por um Comitê de Investimento e aprovados pelo Conselho de Administração.

No gerenciamento do risco de crédito está determinado que todas as aplicações financeiras sejam efetuadas integralmente em fundos de investimentos, lastreados 100% em Títulos Públicos Federais indexados ao CDI, sob a administração/gestão de instituições financeiras de primeira linha no mercado financeiro brasileiro (Nota 6). No gerenciamento do risco de mercado, tendo como objetivo quantificar a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo de confiança, está determinado que a mensuração e controle seja efetuada por meio da metodologia de *Value at Risk* (VaR), calculado para o período de 21 dias, no resultado da Seguradora Líder-DPVAT, com intervalo de confiança de 95%, adotando-se os limites sobre o patrimônio líquido das carteiras, de 1,0% para a carteira das provisões técnicas e de 0,5% para as carteiras de giro, monitorados diariamente, visando garantir o enquadramento das carteiras a estes parâmetros. No quadro abaixo, apresentamos o cálculo da perda máxima esperada em 21 dias no resultado por meio da metodologia do VaR.

### 14. Provisões técnicas - Seguros

#### (a) Saldos

	2015	2014
<b>Ramos</b>		
DPVAT (i)	14.703	26.154
<b>Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR</b>		
Outras provisões - PDR	299	
<b>Sinistros a liquidar - PSL</b>	15.983	16.425
<b>Sinistros ocorridos mas não avisados - IBNR</b>	16.425	393
<b>Outras provisões - PDR</b>	299	
<b>Total</b>	<u>32.801</u>	<u>41.156</u>

(i) Calculadas de acordo com a Resolução nº 153/06, específica para o Consórcio DPVAT.

#### (b) Movimentação

	PSL	IBNR	PDR	Total
Em 31 de dezembro de 2014	15.983	16.425	393	32.801
Capitalização (*)	1.843	2.793	52	4.688
Constituição		4.510	308	4.818
Redistribuição entre Seguradoras Consorciadas	335	608	27	970
Reversão		(1.851)	(270)	(2.121)
Transferência para Provisão de IBNR		211	(211)	
Transferência da PSL - Administrativo	(2.219)	2.219		
Transferência para PSL - Administrativo	390	(390)		
Transferência para PSL - Judicial	390	(390)		
Transferência da PSL - Judicial	(2.019)	2.019		
Em 31 de dezembro de 2015	<u>14.703</u>	<u>26.154</u>	<u>299</u>	<u>41.156</u>

(\*) De acordo do disposto no artigo 11 da Resolução CNSP nº 153/2006.

#### (c) Comportamento da PSL

Para melhor entendimento, a análise da sinistralidade é apresentada para todo o ramo DPVAT e não somente para a Seguradora Líder-DPVAT. O valor concernente à Seguradora Líder-DPVAT é obtido através da aplicação dos percentuais mencionados na nota de contexto operacional (Nota 1(b)).

	2012	2013	2014	2015
<b>PSL judicial e administrativa</b>				
<b>Provisão para sinistros no fim do exercício anterior</b>	1.963.325	1.838.925	2.241.393	2.140.904
<b>Sinistros avisados</b>				
Exercício atual	1.129.362	1.228.189	1.741.647	1.078.654
Exercícios anteriores	2.011.090	1.868.112	1.976.244	1.647.519
	<u>3.140.452</u>	<u>3.096.301</u>	<u>3.717.891</u>	<u>2.726.173</u>
<b>Pagamentos</b>				
Exercício atual	(700.665)	(803.291)	(1.082.354)	(778.338)
Exercícios anteriores	(1.647.535)	(1.754.999)	(1.922.530)	(1.719.149)
	<u>(2.348.200)</u>	<u>(2.558.290)</u>	<u>(3.004.884)</u>	<u>(2.497.487)</u>
Reversão de sinistros sem pagamento	(916.652)	(135.543)	(813.496)	(445.369)
<b>Provisões para sinistros no fim do exercício (A + B)</b>	<u>1.838.925</u>	<u>2.241.393</u>	<u>2.140.904</u>	<u>1.924.221</u>
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>PSL Administrativa</b>				
<b>Provisão para sinistros no fim do exercício anterior</b>	382.556	257.953	347.662	563.088
<b>Sinistros avisados</b>				
Exercício atual	1.077.373	1.133.132	1.643.357	1.017.872
Exercícios anteriores	1.105.693	907.888	1.139.007	945.060
	<u>2.183.066</u>	<u>2.041.020</u>	<u>2.782.364</u>	<u>1.962.932</u>
<b>Pagamentos</b>				
Exercício atual	(690.626)	(789.632)	(1.064.518)	(770.434)
Exercícios anteriores	(786.431)	(920.828)	(1.170.577)	(1.141.116)
	<u>(1.477.057)</u>	<u>(1.710.460)</u>	<u>(2.235.095)</u>	<u>(1.911.550)</u>
Reversão de sinistros sem pagamento	(830.612)	(240.851)	(331.843)	(238.572)
<b>Provisões para sinistros no fim do exercício (A)</b>	<u>257.953</u>	<u>347.662</u>	<u>563.088</u>	<u>375.898</u>
	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>
<b>PSL Judicial</b>				
<b>Provisão para sinistros no fim do exercício anterior</b>	1.580.769	1.580.972	1.893.731	1.577.816
<b>Sinistros avisados</b>				
Exercício atual	51.989	95.057	98.290	60.782
Exercícios anteriores	905.397	960.224	837.237	702.459
	<u>957.386</u>	<u>1.055.281</u>	<u>935.527</u>	<u>763.241</u>
<b>Pagamentos</b>				
Exercício atual	(10.039)	(13.659)	(17.836)	(7.904)
Exercícios anteriores	(861.104)	(834.171)	(751.953)	(578.033)
	<u>(871.143)</u>	<u>(847.830)</u>	<u>(769.789)</u>	<u>(585.937)</u>
Reversão de sinistros sem pagamento	(86.040)	105.308	(481.653)	(206.797)
<b>Provisões para sinistros no fim do exercício (B)</b>	<u>1.580.972</u>	<u>1.893.731</u>	<u>1.577.816</u>	<u>1.548.323</u>

### VaR 21 dias (95%)

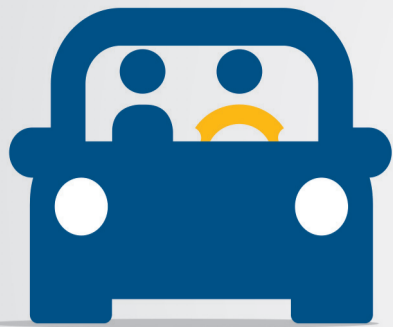
Fatores de risco	Provisões técnicas	Capital de giro
	%	%
Taxa referencial CDI	1,0	0,5
	<u>53.877</u>	<u>1.372</u>
<b>Perda máxima</b>		
<b>2015</b>	<b>2014</b>	
<b>8. Títulos e créditos a receber</b>		
Créditos a receber - ASBACE (a)	855	855
Adiantamentos a funcionários	244	232
Adiantamentos administrativos (b)	23.955	639
Bloqueios judiciais (c)	16.436	15.931
Créditos diversos (d)	11.675	16.369
Provisão para riscos de crédito (e)	(8.350)	(8.350)
	<u>44.815</u>	<u>25.676</u>
Circulante	43.718	24.582
Não circulante	1.097	1.094

(a) Referem-se ao repasse de recursos para a Associação Brasileira dos Bancos Estaduais e Regionais (ASBACE) para financiamento de projetos dos Detrans. Esse montante encontra-se em cobrança judicial e está integralmente provisionado (vide letra (e) abaixo).

(b) Referem-se, principalmente, a despesas com regulação de sinistros judiciais que serão repassados para os consórcios, após a identificação de sua categoria.

(c) Referem-se a recursos bloqueados para garantia de ações judiciais, associados a sinistros judiciais.

(d) Referem-se a: (i) aplicações financeiras no Banco Araucária S.A. no montante de R\$ 6.025 (20



# Mudou até para quem vai de carona.

(...continuação)

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Companhia acionista	Quantidade de ações
BTG Pactual Seguradora S.A.	159.254
Caixa Seguradora S.A.	976.595
Capemisa Seguradora de Vida e Previdência S.A.	375.902
Centauro Vida e Previdência S.A.	157.989
Cescebrasil Seguros de Garantias e Créditos S.A.	156.489
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	177.407
Companhia de Seguros Aliança do Brasil	774.674
Companhia de Seguros Previdência do Sul	163.242
Companhia Excelsior de Seguros	167.739
Comprev Seguros e Previdência S.A.	157.272
Dayprev Vida e Previdência S.A.	156.993
Fator Seguradora S.A.	202.211
Generali Brasil Seguros S.A.	253.643
Gente Seguradora S.A.	146.873
Icatu Seguros S.A.	295.874
Investprev Seguradora S.A.	155.598
Investprev Seguros e Previdência S.A.	153.372
Itaú BMG Seguradora S.A.	176.462
Itaú Seguros de Auto e Residência S.A.	449.417
J. Malucelli Seguradora S.A.	271.088
J. Malucelli Seguros S.A.	227.798
Mapfre Previdência S.A.	178.050
Mapfre Seguros Gerais S.A.	779.915
Mapfre Vida S.A.	271.034
MBM Seguradora S.A.	156.543
Mitsui Sumitomo Seguros S.A.	314.996
Mongeral Aegon Seguros e Previdência S.A.	210.591
Nobre Seguradora do Brasil S.A.	173.840
Pan Seguros S.A.	261.606
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	991.477
Porto Seguro Vida e Previdência S.A.	196.443
PQ Seguros S.A.	153.651
Previmax Previdência Privada e Seguradora S.A.	155.672
Rio Grande Seguros e Previdência S.A.	155.232
Safra Seguros Gerais S.A.	179.418
Safra Vida e Previdência S.A.	208.847
Sancor Seguros do Brasil S.A.	108.383
Sinac Previdencial Companhia de Seguros	41.330
Swiss RE Corporate Solutions Brasil S.A.	202.334
Tokio Marine Seguradora S.A.	480.845
União Seguradora S.A. - Vida e Previdência	30.198
Usebens Seguros S.A.	155.897
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais	31.889
Yasuda Marítima Seguros S.A.	384.734
Zurich Santander Brasil Seguros e Previdência S.A.	680.237
<b>Total de ações</b>	<b>15.000.000</b>

O lucro por ação básico é computado pela divisão do lucro líquido do exercício pelo número de ações em circulação no exercício. O cálculo do resultado por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	2015	2014
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido do exercício	2.618	2.207
<b>Denominador (em milhares de ações)</b>		
Média ponderada de número de ações em circulação	15.000	15.000
<b>Lucro por lote de mil ações em Reais</b>	<b>174,53</b>	<b>147,13</b>

A Seguradora não emitiu e/ou outorgou instrumentos patrimoniais que devem ser considerados para fins de cálculo do lucro por ação diluído, conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 41. Desta forma, o lucro por ação diluído não apresenta diferença em relação ao cálculo do lucro por ação básico demonstrado acima.

### 19. Imposto de renda e contribuição social

	2015		2014	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos e participações	4.505	3.045	1.439	3.657
Alíquota nominal	25%	15%	20%	25%
	(1.126)	(461)	(286)	(914)
Ajustes permanentes	27	4	50	4
	(1.099)	(743)	(864)	(545)

### Lei nº 13.169/2015

Em 6 de outubro de 2015, a Medida Provisória nº 675 foi convertida na Lei nº 13.169/2015 e aumentou a alíquota da CSLL para as Instituições Financeiras e empresas a elas equiparadas, definidas no artigo 22, parágrafo 1º, da Lei nº 8.212/1991, quais sejam, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades corretoras, distribuidoras de títulos e valores mobiliários, empresas de arrendamento mercantil, cooperativas de crédito, empresas de seguros privados e de capitalização, agentes autônomos de seguros privados e de crédito e entidades de previdência privada abertas e fechadas. Dessa forma, a alíquota da CSLL passou de 15% para 20%, válido a partir de 1º de dezembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. A partir de 1º de janeiro de 2019, a alíquota retornará a 15%.

### 20. Ramos de atuação

	2015			2014		
	Prêmios ganhos	Sinistra-lidade	Comissio-namento	Prêmios ganhos	Sinistra-lidade	Comissio-namento
DPVAT (*)	32.408	86,67	1,42	29.773	87,30	1,43

(\*) Concerne à participação da Seguradora Líder-DPVAT.

### 21. Detalhamento das contas de resultado

	2015	2014
<b>(a) Prêmios cedidos - repasses obrigatórios</b>	<b>(4.327.536)</b>	<b>(4.234.514)</b>
Fundação Nacional de Saúde - FNS	(3.894.782)	(3.811.062)
Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN	(432.754)	(423.452)
<b>(b) Sinistros ocorridos</b>	<b>(28.089)</b>	<b>(25.991)</b>
Indenizações avisadas	(2.497.488)	(3.004.883)
Despesas com sinistros	(883.869)	(892.249)
Variação da provisão de sinistros ocorridos não avisados	(364.313)	232.354
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	3.717.581	3.638.787
<b>Custo de aquisição</b>	<b>(459)</b>	<b>(426)</b>
Comissão sobre prêmios emitidos	(61.148)	(60.099)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	60.689	59.673
<b>(d) Outras receitas e despesas operacionais</b>	<b>(493)</b>	<b>(443)</b>
Com operações de seguros e resseguros	11.770	20.089
Recuperação de custo com emissão de bilhetes	251.077	242.796
Despesas com cobrança	(238.639)	(237.269)
Obrigações Detrans	(89.763)	(87.548)
Consórcios DPVAT - Distribuição (*)	65.062	61.489

### (b) Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% do lucro líquido e seu saldo limitado a 20% do capital social.

### (c) Reserva estatutária

A reserva estatutária é constituída com o saldo remanescente de lucro líquido ajustado, deduzida da distribuição de dividendos, com a finalidade de futura incorporação ao capital e/ou distribuição aos acionistas; o saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social. Caso o referido capital seja ultrapassado, haverá capitalização ou distribuição do excesso.

### (d) Dividendos obrigatórios

São calculados na proporção de 25% do lucro líquido do exercício, deduzido da reserva legal, conforme determina o estatuto da Seguradora Líder-DPVAT, totalizando R\$ 622 (2014 - R\$ 524).

### (e) Lucro por ação - básico e diluído

Conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 41, as tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido do exercício aos montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

## CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luiz Tavares Pereira Filho – <b>Presidente</b>	João Gilberto Possiede
Rosana Techima Salsano – <b>Vice-Presidente</b>	Jorge de Souza Andrade
Bernardo Dieckmann	José Carlos Lyrio Rocha
Celso Damadi	Marcelo Goldman
Fernando José Costa Teles	Múcio Novaes de Albuquerque Cavalcanti
Jabis de Mendonça Alexandre	Ricardo José Iglesias Teixeira
João Carlos França de Mendonça	Roberto Barroso

## CONSELHO FISCAL

Lucio Antonio Marques - <b>Presidente</b>
Carlos Alberto Landim
Sergio Wilson Ramos Júnior

## DIRETORIA

Ricardo de Sá Acatauassú Xavier	-	Diretor-Presidente
Cláudio Mendes Ladeira	-	Diretor de Operações
Carlos André Guerra Barreiros	-	Diretor de Relações Institucionais
Marcelo Davoli Lopes	-	Diretor Jurídico
Marcus Vinicius Cataldo de Felipe	-	Diretor de Infraestrutura

CONTADOR: Humberto Lourenço da Silva - CRC RJ 64.992

## RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria, instituído pelos artigos 17 e 18 do Estatuto Social da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (a "Companhia"), é formado por 3 (três) membros escolhidos pelo Conselho de Administração, com as atribuições previstas na Resolução do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP nº 321/2015, sendo seu funcionamento regulado por regimento interno. Compete ao Comitê de Auditoria, no cumprimento de suas atribuições, avaliar a efetividade dos controles internos, da auditoria contábil independente, da auditoria interna e a qualidade das demonstrações financeiras, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo CNSP e pela Susep. O Comitê atua através de reuniões regulares e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, além de outros procedimentos que entenda necessários. As avaliações do

Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, da auditoria interna, dos auditores independentes e nas suas próprias análises. Neste exercício, o Comitê de Auditoria promoveu entrevistas com o Diretor Presidente e outros membros da Diretoria e reuniões mensais com diversas áreas operacionais da Companhia, Auditoria Interna e Controles Internos, bem como encontros simultâneos com os Auditores Externos, Conselho Fiscal e Auditoria Interna. O Comitê de Auditoria analisou as demonstrações financeiras do exercício de 2015 em reuniões com o Auditor Independente PricewaterhouseCoopers e o Conselho Fiscal e deu-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados. O Comitê de Auditoria não registrou qualquer denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração da

Companhia que indicasse a existência ou evidência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em risco a continuidade da Companhia ou a fidedignidade de suas demonstrações financeiras. Com base nas revisões e discussões havidas na reunião do Comitê de Auditoria, recomendamos ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras auditadas da Seguradora Líder-DPVAT, descritas na Nota 1 (b). Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2016.

**Luiz Pereira de Souza**  
**Marcos Acildo Ferreira**  
**Renato Paulino de Carvalho Filho**

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal, instituído pelo artigo 23 do Estatuto Social da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (a "Companhia"), é formado por 3 (três) membros titulares e respectivos suplentes, todos devidamente eleitos pela Assembleia Geral da Companhia e com as atribuições previstas na lei, sendo seu funcionamento regulado por regimento interno. A Companhia foi constituída em 10 de outubro de 2007, sendo que em 4 de dezembro de 2007 obteve da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a necessária autorização para operar mediante publicação em Diário Oficial da União da Portaria SUSEP nº 2.797, iniciando suas atividades a partir do primeiro dia do

mês de janeiro de 2008. Os membros do Conselho Fiscal foram eleitos na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 25 de março de 2015, ato este homologado pela SUSEP nos termos da Carta nº 214/2015/SUSEP/DIRAT, datada de 06 de agosto de 2015, expedida no âmbito do Processo nº 15414.001003/2015-61. Os membros do Conselho Fiscal da Companhia, com base nas revisões e discussões realizadas, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2015, e à vista do parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, apresentados, são

ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz da legislação vigente, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2016.

**Lucio Antonio Marques - Presidente**  
**Carlos Alberto Landim - Conselheiro**

## PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

### Aos Acionistas e Administradores da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2015, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais especificamente aplicáveis à carteira de Seguros DPVAT, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

### Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, pelos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, elaborados de acordo com os princípios atuariais especificamente aplicáveis à carteira de Seguros DPVAT, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais especificamente aplicáveis à carteira de Seguros DPVAT, emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência estejam livres de distorção relevante. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo e da solvência, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade. No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes

do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros FIP, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

### Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo e da solvência da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. em 31 de dezembro de 2015 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais especificamente aplicáveis à carteira de Seguros DPVAT, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2016.

**pwc** PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.  
Rua do Russel, 804  
Rio de Janeiro - RJ - Brasil 22210-907  
CNPJ 02.646.397/0004-61  
CIBA 105  
Carlos Eduardo Silva Teixeira  
MIBA 729

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

### Aos Administradores e Acionistas

### Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### Responsabilidade dos Auditores Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras

e internacionais de auditoria. Essa auditoria não é planejada e executada com o objetivo ético pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2016.

**pwc** PricewaterhouseCoopers  
**Auditores Independentes**  
Luiz Antonio Fossa  
CRC 2SP000160/O-5 "F" RJ  
Contador CRC 1SP196161/O-8 "S" RJ



**O trânsito não é mais o mesmo. A marca do Seguro DPVAT também não.**

Este é o primeiro anúncio com a nossa nova marca. Por isso, lembre-se: onde você encontrar nossa nova identidade, vai encontrar a marca que evolui junto com o trânsito brasileiro.